

38º Encontro Anual da Anpocs

SPG 02 - Aspectos do encarceramento na sociedade contemporânea

Uma fila de centenas e centenas de quilômetros: o processo de visitação em penitenciárias do oeste paulista.¹

Rafael Godoi (PPGS-USP)

“Mãe, como vai lá em casa? Como anda os manos da quebrada? Diga pros mano que mandei lembranças, dá um abraço bem forte nas crianças.”
Realidade Cruel, em *“Dia de Visita”*

Introdução

No cubículo, diante do olhar minucioso das agentes de segurança penitenciária, as visitantes devem se despir completamente, entregando peça por peça para ser revistada em suas dobras e costuras. Nuas, precisam se posicionar de costas, voltadas para a parede. Então, devem soltar, sacudir e erguer o cabelo, mostrar as solas dos pés e agachar uma, duas, três vezes. O movimento abre suas partes, enquanto as agentes observam se há indícios de objetos introduzidos. Quando há suspeita, mandam a visitante repetir o movimento, abaixar mais, fazer força, limpar algum corrimento, abrir mais com as mãos. Se permanece a dúvida, podem chamar outras agentes para verificar. A visitante suspeita, às vezes obesa, às vezes idosa, tem que ficar ali agachada, enquanto as agentes fazem perguntas e insinuações, discutem aspectos de seu corpo, não se contentam com o que veem. No limite, desistem de verificar por elas mesmas, mandam a visitante se vestir, barram sua entrada e o comunicam aos seus superiores. Se a suspeita insiste em querer entrar, estes providenciam uma escolta, que a levará a um hospital, onde será submetida a exames de raios-X. Eis as linhas gerais² e os limites comuns da revista vexatória, que toda visitante é obrigada a experimentar, a cada fim de semana, para entrar numa unidade do sistema penitenciário paulista.

¹ Este artigo é um resultado preliminar de pesquisa de doutorado em andamento, junto ao Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, intitulada *“O exterior da prisão e a interiorização penitenciária: cartografias do dispositivo carcerário paulista”*, sob orientação da Profa. Dra. Vera da Silva Telles, e que conta com financiamento da FAPESP.

² Os procedimentos de revista corporal variam muito entre as unidades: espelhos podem ser postos no chão sob a visitante, as agentes podem se abaixar e se aproximar para observar, o fazer força pode ser obrigatório, os agachamentos podem ser dar sobre uma plataforma mais elevada, na parede pode haver uma barra de ferro para que a visitante segure enquanto agacha, etc.

A revista vexatória figura no centro do processo de visitação de pessoas presas no estado (e pelo Estado) de São Paulo. Embora o objetivo deste *paper* seja oferecer um panorama deste processo – especificamente no circuito que integra a região metropolitana da capital e algumas penitenciárias do oeste paulista – gostaria de fazer três considerações preliminares a respeito desta prática corrente. Em primeiro lugar, sobre o cubículo que a sedia, sobre esta territorialidade liminar que não fica totalmente dentro, nem totalmente fora da prisão. Em seguida, sobre este particular encontro entre visitante e agente de segurança penitenciária como um revelador privilegiado da estrutura e da dinâmica de relações que se estabelecem entre familiares de presos e Estado. Finalmente, sobre como essa forma de territorialidade e essa dinâmica de relações, que se apresentam condensadas no episódio da revista vexatória, são, sob determinados aspectos, coextensivas a todo o processo de visitação.

1 – Não só de grades e muralhas são feitas as fronteiras da prisão. Estas são atravessadas por passagens – portões, *gaiolas*, corredores ou salas – que lhes conferem uma permeabilidade seletiva. O cubículo onde se realiza a revista vexatória é um desses espaços; mas especialmente programado para as visitantes dos presos. É um território liminar por definição, entre o dentro e o fora da instituição, onde a visitante ainda não está inteiramente dentro – porque ainda não acabou de entrar, ainda não viu quem quer ver – e já não se encontra do lado de fora – porque já não está livre das obrigações que a administração penitenciária impõe, porque já passou por muitos outros procedimentos e revistas. É, portanto, um lugar de transição e uma passagem obrigatória, onde a condição, o *status* da mulher perante o Estado são postos em suspenso, ficam indeterminados. De um lado, ela ainda é uma pessoa livre, que está ali, em princípio, por espontânea vontade e pode dar as costas a qualquer momento; de outro, se quiser seguir adiante, ela já é alguém totalmente submetida às regras, comandos e procedimentos dos agentes estatais, por mais vexatórios que sejam. Meio livre, meio prisioneira: naquele cubículo por vontade própria, mas nua e agachada diante do escrutínio de uma agente de segurança penitenciária. Para entrar livremente na prisão, a visitante é obrigada a passar por esse ritual de degradação. Muitas não suportam tamanha prova e a revista vexatória acaba por funcionar como um filtro, um elemento dissuasivo para a visitação, que reforça a segregação de quem está do lado de dentro.³

³ Este argumento é levantado por Patrick Cacicedo, Coordenador do Núcleo de Situação Carcerária da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, em entrevista à Radioagência NP, disponível na internet via:

Uma passagem que é também um bloqueio: a territorialização de um limiar e de uma indeterminação.

2 – Neste lugar de indeterminação, nem dentro nem fora da prisão, acontece um encontro particular, revelador, entre corpos nus e agentes que corporificam o Estado.⁴ De um lado, a mulher, a mãe, a irmã ou a filha de um preso; de outro, a funcionária pública, representante da lei, responsável pela segurança da instituição e, por extensão, de toda a sociedade. Este encontro, pela disposição dos corpos e pelos movimentos aos quais uma e outra estão obrigadas⁵, é um momento chave do processo de visitação, porque põe a nu, do modo mais direto possível, a particular relação que se estabelece entre familiares de presos e agentes estatais. Nos demais pontos do processo, é esta relação de absoluto assujeitamento, este ritual burocratizado de degradação, que se disfarça e se dissipa numa névoa de inumeráveis mediações. É a revista vexatória que aponta para a estrutura geral e a dinâmica de relações fundamentais que realizam, atualmente em São Paulo, uma particular política penal, uma certa forma de gestão penitenciária, num Estado que é dado como de direito.

A visita dos presos por cônjuges, companheiras, parentes e amigos, em dias determinados, é um direito garantido na Lei de Execuções Penais.⁶ Mas a efetivação desse direito, sua realização cotidiana implica todo um governo que extravasa os limites da lei, que preenche as lacunas que ela deixa em aberto, e que, no limite, determina quando será ou não exercida.⁷ A programação da revista vexatória se estabelece num nível administrativo, com diferentes graus de formalização. Ela é justificada como uma necessidade, um procedimento de segurança, principalmente, para evitar a entrada de drogas e telefones celulares, tidos como grandes perturbadores da boa ordem prisional. “*Um constrangimento legal*”, ouvi certa vez de um funcionário. Sua obscenidade é considerada como um elemento técnico, um meio infeliz, mas disponível, de vedar a entrada desses objetos, num contexto marcado pela falta de pessoal, de espaços adequados à visitação, de orçamento e de tecnologias mais avançadas. No entanto, ela

<http://www.radioagenciamp.com.br/11860-revista-vexatoria-desestimula-entrada-nos-presidios-para-ocultar-outras-violacoes> (Consulta em setembro de 2013).

⁴ Dialogo aqui com algumas sugestões de Das (2007) e Das e Poole (2004) sobre as possibilidades de uma abordagem etnográfica das relações entre vida nua e Estado, a partir de proposições de Agamben (2003, 2007).

⁵ Cabe ressaltar que o procedimento da revista vexatória também pode ser considerado constrangedor e degradante para as funcionárias que o realizam.

⁶ Art. 41, inciso X da Lei 7.210/84.

⁷ Sobre esta ordem de proposições acerca das relações entre lei e governo, ver Foucault (2006, 2008).

se realiza nesse ato bruto, na exposição que marca a diferença fundamental de um corpo nu frente ao corpo do Estado, entre quem pode ser posto para fora da dignidade da lei – que também veta tratamentos degradantes e humilhantes como esse – e quem se mantém seu agente mais fiel, mesmo quando a contraria – por questões técnicas de segurança, que nenhuma lei poderia prever. É importante manter a revista vexatória em mente quando se analisa o processo de visitação em penitenciárias do interior do estado, porque ela revela conformações absolutamente atuais de soberania estatal, disciplina prisional, técnicas governamentais e seus dispositivos de segurança.

3 – Mas não só porque está no ponto de passagem e indeterminação entre o dentro e o fora da prisão; nem só porque revela técnicas, práticas e relações de poder constitutivas da prisão e do Estado contemporâneos, que é importante reter o ritual da revista vexatória quando se quer mais bem compreender todo o processo de visitação. Primeiramente, porque as possibilidades de revista vexatória ultrapassam em muito os limites de um cubículo. Em qualquer ponto do processo ela pode se impor. Numa rodoviária, numa estrada, num hotel interiorano ou mesmo em casa, em todo o percurso da visitante, agentes estatais – policiais militares ou civis – podem vir a exercer suas prerrogativas securitárias sobre os corpos de visitantes que considerem suspeitos. Como toda territorialidade se define pelas práticas que sedia⁸, todo o espaço percorrido pela visitante é uma potencial zona de indeterminação e efetuação deste poder estatal.

Em segundo lugar, porque a dimensão extralegal (nem legal, nem ilegal ou legal e ilegal, ao mesmo tempo) de práticas e técnicas empregadas pela gestão penitenciária não se reduz à programação da revista vexatória, ela está no próprio cerne da expansão penitenciária interiorizada – esta que dá ocasião a extensos e volumosos fluxos de visitação. Também é um direito garantido na Lei de Execuções Penais o cumprimento de pena em unidade situada “à distância que não restrinja a visitação”.⁹ Em São Paulo, a disposição espacial dos estabelecimentos penitenciários e a distribuição dos presos por eles seguem critérios securitários, técnicos e administrativos completamente alheios à distância da família.¹⁰ Nestes termos, todo o processo de visitação – todo o fluxo das visitantes que recorta o estado de São Paulo a cada fim de semana e que será descrito –

⁸ Como ensina, entre vários autores, Santos (2003).

⁹ Art. 90 da Lei 7.210/84.

¹⁰ No decorrer da pesquisa, conversei com diversos familiares de presos que residem relativamente próximos de unidades penitenciárias, na capital e no interior, e que relatam a impossibilidade de terem seus parentes cumprindo pena nesses locais – o que sugere que a prática administrativa seja deliberadamente o contrário da lei.

pode ser compreendido segundo a mesma lógica do necessário “*constrangimento legal*” que fundamenta a revista vexatória. Pela expansão interiorizada, as familiares de presos são constrangidas ou a abandoná-los ou a entrar no fluxo, a participar do processo, mobilizando os recursos necessários e passando por todos os procedimentos (uns mais, outros menos vexatórios) de livre e espontânea vontade. Para a visitante que sai da região metropolitana de São Paulo com destino a uma penitenciária do oeste paulista, o caráter vexatório da revista a que está sujeita é coextensivo a todo o processo de visitação.

Neste trabalho, procurarei apresentar as diferentes fases desse processo. Trata-se de uma descrição parcial baseada em trabalho de campo etnográfico e entrevistas qualitativas – uma cartografia geral, um fluxograma possível, sem pretensões de totalização. Busco colocar em evidência, na sucessão das passagens, o encadeamento de estratégias, práticas e territórios próprios à logística da visitação; e, em cada um de seus momentos, os agenciamentos que tanto visam à viabilização quanto o controle desse fluxo. Ciente da complexidade da empreitada, estarei satisfeito se conseguir sugerir, de um lado, que a construção concreta e simbólica das fronteiras da prisão em São Paulo vai muito além de seus muros, grades e cubículos; e de outro, que não são só eles que a constituem, mas também os fluxos que os atravessam.

Antes de seguir, uma última consideração, imprescindível para caracterizar o processo e os limites deste trabalho. O mundo social que se estrutura em função da visita (em penitenciárias interioranas, principalmente) se constitui como um universo absolutamente feminino. Da partida ao retorno, na van ou no ônibus, no hotel e na porta da unidade, as mulheres prevalecem. E não só em termos quantitativos; são elas que dinamizam esses territórios, que ocupam o seu centro. Os homens, ou são os funcionários do Estado ou os presos visitados. Se tanto uns quanto outros zelam pela fila e pela logística da visitação; se estão implicados em múltiplos agenciamentos nos diversos momentos do processo, são elas as verdadeiras protagonistas, as que realizam as passagens e experimentam os seus limites específicos. Embora homens realizem visitas a pais, filhos ou irmãos e passem pelos mesmos procedimentos, a posição deles na fila ou no ônibus é quase tão deslocada quanto a do etnógrafo. Por isso, a declinação de gênero mais adequada para se referir aos sujeitos da visitação é o feminino: as visitantes, as hóspedes, as passageiras.

Preparações

A visita é um dos principais vasos comunicantes que constituem a prisão. Em São Paulo, ela sustenta um dos mais volumosos e estratégicos fluxos de informações, coisas e pessoas que conformam o sistema penitenciário e as experiências que dele se têm, dentro e fora de seus muros. Além de um fluxo, a visita é um ciclo, tão estruturante do funcionamento da prisão quanto o ir e vir de seus funcionários e administradores, ou dos investimentos estatais e recursos orçamentários. É um ir e vir, e suas várias repetições. É, portanto, uma circulação, com espacialidade e temporalidade próprias. Territorialmente, o fluxo das visitantes se estende, em linhas gerais, entre espaços urbanos e periféricos com altos índices de encarceramento e o circuito da espacialização penitenciária paulista, com seus pontos de concentração e vetores de interiorização. Em sua dimensão temporal, o fluxo segue o ritmo das semanas, com os sábados e/ou domingos inteiramente dedicados à realização da visita, aos protocolos de entrada e ao retorno das unidades, e com os demais dias a serem geridos entre o cuidado dos filhos, o trabalho, os afazeres domésticos, o lazer e as atividades próprias à preparação da visita e do *jumbo*. Dias de semana num bairro periférico demarcam a situação – o lugar e o tempo – por excelência da preparação de uma visita à prisão.

As visitantes são mulheres que, além de querer bem a alguém que está preso, atendem critérios estritos impostos pela administração¹¹, mobilizam vastos recursos – seja para realizar o percurso até a unidade, seja para entregá-los ao preso no formato do *jumbo*¹² – e podem gerir o cotidiano de tal modo que uma parcela importante do tempo da vida seja, exclusivamente, dedicada àquele que está preso.¹³ Desde a perspectiva de quem visita, embora as práticas, providências e preocupações próprias da preparação se diluam entre as demais atividades da vida, uma boa parte destas é redefinida em função daquelas, de modo que a prisão se faz presente o tempo todo e em toda parte.

¹¹ Para poder visitar um familiar preso, este tem que incluir o nome da visitante e o número do documento dela em seu rol de visitas, o que já pode implicar alguma comunicação por carta, recados, etc. Depois do nome incluído e liberado pela administração, para emissão de uma carteirinha, a visitante deve providenciar todos os documentos – além dos pessoais, comprovante de residência, atestado de antecedentes criminais, foto, certidão de casamento ou declaração de amasia. Todos os procedimentos devem ser refeitos a cada transferência do parente preso.

¹² Os recursos materiais que entram na prisão com as visitantes são redistribuídos no seu interior: aqueles que os recebem compartilham ou comercializam seus artigos – o que acaba por vincular ao fluxo das visitantes mesmo os presos que não as recebem.

¹³ A disposição de longos períodos de tempo obriga a vários arranjos com amigos, vizinhos e parentes para tornar a visita possível – o que acaba por implicar nesse fluxo pessoas livres que não visitam nenhuma unidade.

Não seria inteiramente correto, portanto, afirmar que, na preparação, o processo de visitação apresenta sua mais baixa intensidade, uma vez que as exigências dos preparativos são muitas, os recursos necessários muitas vezes escassos, os arranjos com vizinhos, amigos e parentes são diversos, variáveis e complicados. O que levar para a prisão? Com que dinheiro comprar? Do que o visitado está precisando? Será que ele foi transferido? Com quem deixar os filhos pequenos? Quem olhará os adolescentes? E a mãe doente? E o cachorro? E o gato? Faltar no trabalho ou tentar uma troca de turno? Fazer hora extra ou adiantar o preparo do *jumbo*? Questões como essas indexam à prisão toda a vida de quem a visita.¹⁴

O que vale para qualquer visitante se torna especialmente agudo quando a distância entre o bairro e a prisão se faz mais longa.¹⁵ Morar na região metropolitana de São Paulo e visitar uma penitenciária do oeste paulista significa um volume maior de recursos e tempo necessários, bem como de procedimentos de preparação. Como na maior parte das penitenciárias do *fundão* vigora o regime da *dobradinha* – em que visitas podem ser realizadas aos sábados e domingos –, para muitas visitantes, todo o fim de semana fica comprometido com a viagem. Os dias úteis, por sua vez, tornam-se mais curtos e intensos, quando é preciso dar conta de todo o resto da vida e ainda viabilizar o *jumbo*, o transporte, a pousada.

A expansão interiorizada do sistema penitenciário paulista e a concentração de sua clientela preferencial em bairros periféricos urbanos implicam uma segunda ordem de procedimentos e agenciamentos de preparação. Trata-se das atividades próprias à manutenção e organização de todo o aparato logístico de transporte e hospedagem das visitantes. Uma visualização mais completa dessa infraestrutura do fluxo deverá ser possível ao final deste capítulo. Não obstante, alguns elementos são imprescindíveis numa abordagem da etapa de preparação. Vans e ônibus precisam ser mobilizados e postos em condições de circular tantos quilômetros em tão pouco tempo. Especialmente, a mecânica e a documentação dos veículos devem ser continuamente revistas para reduzir os riscos de problemas na viagem. Ainda, é preciso encontrar motoristas com disponibilidade de tempo, conhecimento das rotas, carteira de habilitação compatível com o veículo, preparo para longos trajetos e, tanto melhor, quando com uma particular

¹⁴ Comfort (2008), que estuda a visitação de uma unidade de segurança máxima da Califórnia, aponta para essa mesma questão.

¹⁵ Sobre as relações entre bairro e prisão, ver Cunha (2003, 2004, 2007).

habilidade para conciliar segurança e velocidade. A viabilidade de uma viagem depende ainda de que um número mínimo de passageiras seja garantido antecipadamente. Neste ponto estratégico da preparação, no agenciamento contínuo de visitantes e veículos, de horários de partida e de retorno, de pontos de passagem e de destino, que figuram as *guias* – operadoras fundamentais na logística da visitação. Estas *guias*¹⁶ são mulheres que também realizam visitas (geralmente a seus maridos) nos presídios do interior, mas que se destacam por uma acentuada experiência de visitação e por amplos contatos com familiares e amigos de pessoas presas, urdidos no bairro, no trabalho e nas próprias filas, nas portas das unidades onde já visitou. A remuneração das *guias* – por providenciar a lotação, estabelecer e conciliar partidas e destinos – costuma ser a sua própria viagem.

Os agenciamentos entre veículos, motoristas, *guias* e passageiras são múltiplos, envolvendo mediações de diversas naturezas e escalas. Participam desde empresas privadas de transporte coletivo de diferentes portes e níveis de formalização – grandes monopolizadoras de linhas formais, que fretam ônibus com horários, preços e trajetos específicos para esse público; empresas médias especializadas em fretamento; microempreendedores e transportadores autônomos formais e informais – até redes de sociabilidade e interconhecimento urdidas tanto fora quanto dentro da prisão – como no caso dos *ônibus da família*, financiados pela principal facção prisional paulista, o PCC.

Partidas

Na cidade de São Paulo, dois pontos concentram o maior número de partidas para os presídios do interior do estado: a estação Carandiru do metro e as imediações do terminal Barra Funda. O Carandiru é uma referência incontornável na história e na espacialidade do sistema penitenciário paulista. Ali funcionou a Penitenciária do Estado – convertida, em 2005, em Penitenciária Feminina de Santana; a Casa de Detenção – desativada e demolida em 2002 para dar lugar ao atual Parque da Juventude; a Penitenciária Feminina da Capital – ainda em funcionamento; e o Centro de Observação Criminológica – convertido em 2002 no Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário. O Carandiru foi, portanto, durante décadas, passagem obrigatória para presos e visitantes. Seu uso atual como ponto de partida para presídios de todo o estado, ao mesmo tempo prolonga e ressignifica esta centralidade do local. Na Barra Funda o que se destaca é a

¹⁶ *Guias* de viagem são diferentes das *guias* de fila, que serão apresentadas mais adiante.

acessibilidade: num mesmo lugar se encontram o metro, duas importantes linhas de trem, um movimentado terminal de ônibus urbanos e uma rodoviária intermunicipal – tudo ao lado da Marginal Tietê, bastante próximo dos acessos a importantes rodovias que levam ao interior do estado.¹⁷ Outros pontos de partida existem, conforme os arranjos entre *guias* e visitantes: na capital, o Largo de Santa Cecília é um exemplo. Para além da capital, existem pontos de partida análogos em outras importantes cidades do estado, como Campinas e Bauru. No que segue, descrevo dinâmicas observadas na Barra Funda e no Carandiru, mas que podem informar sobre o que acontece em outros lugares.

O ponto de partida já é o começo da fila para se entrar na prisão: é a ordem de chegada nele que determina quem, viajando num mesmo carro e chegando ao mesmo tempo às portas da unidade, vai entrar antes ou depois, nos dias de visita. A fila de diversas unidades interioranas começa em São Paulo, já nas noites de quinta-feira. As primeiras partidas se dão na manhã de sexta, entre as 5 e 6 horas. Para chegarem tão cedo, como na capital não existe transporte público noturno, passageiras que são de bairros afastados de penoso e demorado acesso, fazem o percurso de suas casas ao ponto de partida na noite de quinta e acampam – num estacionamento, sob uma marquise, na calçada – até a manhã seguinte.

Sempre uma das primeiras da fila, as *guias* registram num caderno a ordem de chegada de todas as passageiras, atentando para o destino de cada uma. Isso porque uma mesma condução pode atender diversas unidades que se encontram num mesmo caminho. Por exemplo, uma van guiada para um município da região de Nova Alta Paulista (NAP)¹⁸, como Dracena, pode levar visitantes das unidades de Junqueirópolis, Irapuru, Pacaembu, etc.¹⁹ Não obstante, o desafio da *guia* é sempre lotar uma condução com o menor número de destinos possíveis, para que, com menos paradas, a viagem se torne mais célere. Nesse primeiro lugar de espera, elas se destacam das demais visitantes pela agitação: tomam notas, respondem perguntas e falam continuamente no celular – encaminhando passageiras para outras partidas, com outros destinos ou outros horários;

¹⁷ Especialmente a Rodovia Castelo Branco, a Rodovia dos Bandeirantes e a Rodovia Anhanguera.

¹⁸ Região do extremo oeste do estado de São Paulo, onde venho concentrando o trabalho de campo. Para uma caracterização social, histórica e econômica da NAP, ver Gil (2007). Para uma aproximação acerca dos impactos demográficos da expansão penitenciária na NAP, ver Cescon e Baeninger (2010). Para uma apresentação preliminar da etnografia que venho ali realizando, ver Godoi (2013).

¹⁹ O fator “facção prisional” também funciona como critério na organização das lotações. Visitantes de presídios hegemônicos por facções diferentes não viajam, nem se hospedam juntas. Para uma aproximação dessa questão, ver Silvestre (2011).

agenciando taxistas que busquem clientes na porta de presídios; verificando a disponibilidade de vagas em pousadas e hotéis, etc.

Na sexta-feira, partidas ocorrem continuamente, em diferentes horários da manhã, da tarde e da noite. Nas noites de sábado, ônibus e vans conhecidos como *bate-e-volta* levam aquelas que só poderão visitar no domingo. Toda essa movimentação faz surgir, ao lado do terminal Barra Funda e na saída do metro Carandiru, o típico comércio de porta de presídio: em bancas, em panos estendidos no chão, na mão ou no boca-a-boca são vendidos alimentos e bebidas, sacolas transparentes para *jumbo*, envelopes, selos, papel para enrolar cigarros, roupas femininas e acessórios, lingerie, maquiagem, perfumes; e também camisetas brancas, calças beges, blusas de moletom, tênis, meias, etc.

As várias bagagens são alocadas nos porta-malas dos carros segundo a ordem dos desembarques. As passageiras só levam com elas o mínimo necessário para a viagem.²⁰ Para evitar possíveis confusões, a *guia* distribui os lugares no carro. Antes ou depois do embarque, ela recebe os pagamentos: em meados de 2013, a viagem (de ida e volta) para uma unidade da Nova Alta Paulista custava cerca de R\$130,00 – a metade do custo nas linhas de ônibus oficiais. Com o dinheiro em mãos, a guia separa um montante para combustível e um para os vários pedágios do percurso, que já serão utilizados na ida, guarda o restante a ser utilizado na volta, no pagamento do motorista e do carro.

Percursos

A viagem entre a capital e o oeste paulista é longa e cansativa. Conforme a rota e o destino, são 500, 600 ou mais quilômetros a percorrer. Ônibus regulares que levam à Nova Alta Paulista cumprem seus trajetos em 11 ou 12 horas, pouco mais ou pouco menos, dependendo do número de paradas para desembarque de passageiros no caminho.²¹ Vans e ônibus que levam as visitantes aos mesmos destinos, fazem igual percurso em uma média de 6 e 9 horas, respectivamente, dependendo das atribuições da viagem. Alta velocidade e pressa são as marcas dessa etapa do processo.

²⁰ Por vários motivos: sobretudo, pelo desconforto da exiguidade de espaço, mas também para evitar, quando se está dormindo, furtos e incriminações – quando alguém que está levando um ilícito usa a bagagem de outrem como esconderijo – e para tentar agilizar os procedimentos nos casos de abordagens policiais nas estradas, na esperança de uma revista superficial dentro do carro e uma breve verificação de documentos.

²¹ Os ônibus regulares que atendem a NAP fazem duas paradas de vinte minutos, na primeira metade do trajeto, em Botucatu e Bauru. Na segunda metade, os ônibus param em diversos municípios, mas só para desembarque de passageiros.

Para todo o percurso é programada uma única e breve parada – para fumar, ir ao banheiro, comprar comida, etc. Não obstante, paradas extraordinárias costumam acontecer, com passageiras querendo se aliviar ou passando mal²², por problemas no carro ou na pista – como buracos, obras, acidentes – ou por força dos agentes da ordem, do Comando de Policiamento Rodoviário e de outros destacamentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

As abordagens da polícia rodoviária costumam acontecer diante de suas bases operacionais, em locais previamente conhecidos pelos motoristas e *guias*, mas são uma possibilidade em qualquer outro ponto das rodovias. Mais do que as visitantes, os policiais rodoviários visam o carro e o motorista: averiguam a documentação de um e outro²³, a existência de tacógrafo autenticado pelo Inmetro²⁴, as condições dos pneus e dos faróis, o uso de cinto de segurança²⁵, etc. Efeitos comuns dessas abordagens são a aplicação de uma ou mais multas e a retenção dos documentos do veículo. Nessas ocasiões, as visitantes se agitam, colocam e tiram os cintos, reclamam da demora, algumas descem para fumar, esticar as pernas ou se aliviar.

Já as abordagens de outros grupamentos do policiamento ostensivo podem acontecer em qualquer ponto do trajeto, em cruzamentos, na entrada e na saída das cidades ou mesmo dentro de perímetros urbanos. Objetivam, sobretudo, as visitantes e se justificam como operações de combate ao tráfico de drogas e ao crime organizado. O rigor dessas abordagens varia dentro de uma ampla margem: entre a averiguação de documentos, a revista de pertences pessoais em bolsas e sacolas de mão, a revista corporal superficial²⁶, a busca na bagagem e no veículo (até com cães farejadores), a revista minuciosa de toda a bagagem transportada, a revista íntima vexatória de cada passageira e, como na prisão, em casos de maior suspeita, o encaminhamento a hospital para realização de exames de raios-X. Visitantes flagradas portando drogas em seus corpos ou pertences são presas imediatamente; quando as drogas são encontradas no assoalho

²² As vans não dispõem de banheiro. Nos ônibus que levam visitantes, costuma ser expressamente vetado o uso do banheiro para o “número 2”.

²³ Os motoristas, além da habilitação apropriada ao veículo, devem apresentar comprovante de curso de transporte de passageiros.

²⁴ O tacógrafo é um aparelho que registra continuamente a velocidade do carro. Num veículo de transporte de passageiros, não possuí-lo implica em multa, possuí-lo sem o selo de garantia do Inmetro também. Curiosamente, quando o aparelho está funcionando e autenticado pelo Inmetro, nas abordagens policiais, os seus registros não costumam ser verificados.

²⁵ Também a existência de cadeirinhas próprias para o transporte de crianças.

²⁶ Revista manual realizada por agentes femininas. Para uma apresentação formal dos diferentes tipos de revistas, ver Mariath (S/D).

do carro ou em bagagens não identificadas, os policiais podem deter todos os ocupantes do veículo – motorista também – e encaminhá-los para a delegacia. Para evitar atrasos na viagem e maiores constrangimentos para as demais passageiras – e as possíveis represálias que podem acarretar – as responsáveis pela droga flagrada costumam se apresentar prontamente. A possibilidade desse tipo de abordagem em todo o percurso da visitante – especialmente nas viagens de ida, mas não só nelas – estende a indeterminação e a dinâmica que são próprias dos procedimentos de entrada na prisão para todo o percurso da visita.

No entanto, apesar da alta velocidade, da pressa e da tensão gerada pela possibilidade sempre presente de uma abordagem policial, a viagem para o interior do estado é quase sempre um tempo de enfadonha espera. Como em qualquer excursão mais ou menos longa, o começo do percurso é mais agitado: algumas passageiras falam no telefone, avisam, despedem-se, acertam detalhes sobre sua ausência; outras conversam entre si, trocam experiências, contam histórias sobre seus filhos, seus maridos, suas visitas, suas revistas, etc. Conforme o tempo avança, seja durante o dia ou a noite, o sono e a fadiga vão se impondo. Na maior parte do percurso, prevalece o ronco do motor sobre o silêncio das passageiras. O carro que leva as visitantes é como uma sala de espera em movimento.

Senhas

Na Nova Alta Paulista, o destino imediato mais comum de qualquer passageira é a unidade que visitará no fim de semana. Quem desce no caminho, quem vai até o destino final; quem sai na sexta-feira pela manhã e quem vai de *bate-e-volta*; quem chega de tarde, de noite ou de madrugada: a prisão é seu ponto de chegada e será seu ponto de partida. O motivo dessa passagem obrigatória, mesmo horas antes da visita, é a retirada de uma senha junto à administração da unidade. Pela distribuição das senhas, a prisão incide na organização da fila das visitantes. É sua sequência que balizará a entrada nos dois dias de visita sem, no entanto, determiná-la inteiramente.

Cada unidade estabelece sua própria política, com normas, formatos e horários de distribuição próprios. Na penitenciária cujo processo de visitação acompanhei mais de perto, as senhas – uma placa de madeira com um número inscrito amarrada a um barbante – são distribuídas a partir das 16 horas da sexta-feira. Em torno dessa distribuição se constitui uma segunda fila – ou um segundo momento da mesma. É a

ordem de chegada às portas da unidade que determina a sequência das senhas. Nem sempre as passageiras das primeiras conduções a partir da capital são as primeiras a chegar à unidade. Visitantes que vivem na região, que viajam de carro (ou de ônibus de linhas oficiais) podem dar início a uma fila das senhas um tanto antes, de modo que a sequência registrada pela *guia* (de viagem) no ponto de partida deve ser acrescida àquela que foi se constituindo às portas da unidade. Este arranjo é relativamente simples, pelo reduzido número de visitantes envolvidas.²⁷ No entanto, é de extrema importância, pois nele se definem as primeiras posições da fila – embora não se possa afirmar que marque o seu começo.

A administração desta unidade proíbe a aglomeração de visitantes em seus portões muito antes das 16 horas da sexta-feira. A fila das senhas então se estabelece na manhã ou no começo da tarde, à beira da estrada, afastada algumas dezenas de metros da prisão, junto a um pasto. Neste espaço absolutamente desprovido de qualquer comodidade – mas nem de todo desagradável, pela paisagem rural, pela sombra de algumas árvores e pelo alívio de poder esticar o corpo depois de uma longa viagem – as primeiras visitantes da fila estabelecem acampamento, pedem comida por telefone, descansam e esperam. No horário prescrito, retiram suas senhas e só então se dirigem para o local onde se hospedarão. A fila das senhas continua, em princípio, até o encerramento da entrada de visitantes no domingo, de um modo bem mais difuso – não obstante a intensificação do movimento nas madrugadas de sábado e domingo, conforme o ritmo das chegadas de ônibus e vans.

Depois de recolhida a senha, o percurso da prisão a hotéis e pousadas da região varia bastante, conforme os arranjos entre motoristas, *guias* e passageiras. Os mesmos ônibus e vans seguem fundamentais, podendo levar uma maioria de passageiras, visitantes de uma mesma prisão, a uma mesma hospedaria; ou estabelecendo uma rota entre uma unidade e certas hospedagens ou entre algumas unidades e diversas hospedagens. Como também são muitos os casos em que a condução só leva a visitante até a porta do presídio, então, o trajeto até o hotel ou pousada na cidade tem que ser feito de taxi, em pequenos grupos. É comum que dois ou três taxistas da cidade – previamente contatados ou não – passem as noites de seus finais de semana realizando viagens entre a prisão e os hotéis.

²⁷ Uma vez que a maioria das visitantes não pode chegar tão cedo.

Hotel

Concentrei o trabalho de campo em uma das várias hospedarias populares da região que atendem o público das visitantes. Este hotel é um empreendimento familiar, onde vivem e trabalham o casal e suas filhas – todos profundos conhecedores das dinâmicas da visitação penitenciária. O pai, Denival, é egresso do sistema; a mãe, Diva, e a filha mais velha, Débora, foram, por muitos anos, visitantes em diferentes unidades do estado. A família se mudou de São Paulo pouco depois de Denival ser transferido para o interior para cumprir os últimos anos de sua pena. Ainda quando ele estava preso, Diva, sempre com Débora ao seu lado, já trabalhava com as visitantes, montava *jumbos* por encomenda e vendia comidas, bebidas e sacolas na porta da unidade. Ela também foi por algum tempo a *guia* da fila. Com muito esforço, a família conseguiu estruturar uma pequena pousada para hospedar visitantes conhecidas; o negócio prosperou a ponto de reativarem um antigo hotel da cidade. Conseguiram também, não sem dificuldades, o alvará de funcionamento de um taxi, com o qual buscam e levam hóspedes na porta da prisão.²⁸

O hotel fica na principal avenida da cidade, bem próximo à rodoviária, ao lado de um supermercado e de uma padaria. Dispõe de cerca de uma dezena de quartos de tamanhos variados, que abrigam de 1 a 6 hóspedes. Os banheiros são coletivos, dois masculinos, dois femininos. Em meados de 2013, as diárias custavam por volta de R\$30,00 – incluindo café da manhã e acesso à internet sem fio. Além das visitantes do presídio, que lotam os quartos nos finais de semana; nos períodos de safra da cana, o público do hotel é composto também por trabalhadores qualificados – especialmente, técnicos e operadores de máquinas – que prestam serviços nas usinas da região. O ambiente é absolutamente familiar, o salão do hotel é a sala de estar da família, a cozinha idem. A simpatia e a solicitude de todos também contribuem nesse sentido. Os quartos são modestos, com camas e/ou beliches. Ganchos nas paredes fazem as vezes de guarda-roupa e alguns dispõem de uma mesa com televisão.²⁹ O salão é dividido em uma sala de estar, com diversos sofás em torno de uma grande televisão de plasma, e um refeitório, com diversas mesas onde são servidos café da manhã, almoço e jantar – estes

²⁸ A posse de um alvará para o transporte de passageiros é importante para que o motorista não possa ser incriminado em casos de abordagens policiais que resultem em flagrante.

²⁹ Alguns aparelhos vieram da prisão, apresentando ainda etiquetas com nome do antigo proprietário e seu número de matrícula no sistema prisional, além de furos feitos pelos agentes de vigilância para a colocação de lacres.

cobrados separadamente. Além dos serviços de restaurante, hospedagem e transporte 24 horas, Diva e Débora continuam preparando marmitas para serem levadas na visita³⁰, vendendo bebidas, lanches e sacolas, no hotel e na porta da unidade.

Na sexta-feira, algumas visitantes já começam a chegar, mas é na madrugada de sábado que todas as vagas costumam ser preenchidas.³¹ No domingo, antes mesmo do amanhecer, o hotel também recebe visitantes que vieram de *bate-e-volta* e só querem descansar um pouco, tomar um café e um banho antes de ir para a fila. Nas manhãs de sábado, a agitação começa cedo, por volta das 5 horas. O café já está servido no salão; nos banheiros há fila. As hóspedes carregam, arrumam, verificam seus *jumbos* e os colocam no corredor de entrada, num ânimo que mistura cansaço e entusiasmo. Débora separa o que será vendido na porta da unidade, Diva e Denival vão carregando o carro com os *jumbos* e suas mercadorias. Às 6 horas, as duas já partem com as primeiras visitantes para a porta do presídio. Denival fica no hotel, Débora na banca montada na porta da unidade e Diva no taxi, levando hóspedes para a visita. É na banca da porta da unidade, ao lado de Débora, que me foi concedido um lugar para observar a dinâmica da fila e da entrada das visitantes na penitenciária.

Quando a maior parte das visitantes já entrou, Débora e Diva retornam para o hotel, onde poderão descansar por algumas horas, antes dos afazeres do almoço. No horário da visita, o estabelecimento fica praticamente vazio.³² Denival pode então ver televisão, usar o computador e descansar numa cadeira de área posta na calçada, onde conversa com conhecidos que passam pela rua, com motoristas de ônibus e vans³³, com uma visitante que acabou não entrando na unidade, ou com um hóspede mais ou menos vago – como este pesquisador. As crianças brincam no salão, no quintal e na calçada. Não fosse o letreiro e a recepção de hotel, é a vida comum que segue o ritmo moroso de um fim de semana em cidade pequena do interior.

Na tarde de sábado, por volta das 16 horas, Diva e Débora voltam para a unidade, uma faz seguidas viagens de taxi, levando visitantes para a cidade, a outra, munida de um

³⁰ Alguns hotéis da região alugam suas cozinhas para as visitantes prepararem sua própria comida do *jumbo*.

³¹ Existe uma sazonalidade no fluxo das visitantes e, portanto, no movimento do hotel. Começo de mês e quando a unidade da cidade é contemplada por um *ônibus da família* costumam ser mais agitados.

³² Os trabalhadores das usinas costumam trabalhar nos finais de semana e, como as visitantes, saem muito cedo.

³³ É comum que motoristas se hospedem gratuitamente nos hotéis onde levam grupos numerosos de passageiros.

caderninho, fica anotando pedidos de comida e bebida para o dia seguinte. Mesmo depois da visita, as visitantes ainda têm pressa. Querem passar no mercado para completar o *jumbo* do dia seguinte, precisam ir ao banco, à farmácia, etc. Quando anoitece, na cidade, só restam bares e lanchonetes funcionando. Algumas visitantes passeiam em pequenos grupos, comem um lanche e tomam uma cerveja na avenida; outras ficam vendo televisão; outras ficam diante do hotel, nas cadeiras de área da calçada, conversando, comentando a situação de seus filhos e maridos, o rigor do plantão de revista, o que entrou e não entrou na unidade naquele dia, o que deverá ou não entrar no dia seguinte, entre tantas outras coisas. Na cozinha do hotel, o trabalho segue: uma grande quantidade de comida é preparada, para servir no jantar e atender as encomendas de marmitas para os *jumbos* do dia seguinte. A noite de sábado é um momento de maior descontração para as visitantes, no entanto, bastante breve, pelo cansaço acumulado e pelo longo domingo que têm pela frente. Ademais, a descontração nunca pode ser total porque, nesses momentos, pode acontecer abordagens policiais de visitantes na rua, ou mesmo nos hotéis e pousadas, prolongando o fantasma da revista vexatória noite adentro.

A manhã de domingo é ainda mais agitada que a de sábado, pela presença das visitantes que vieram de *bate-e-volta* e pelo fato de todas as hóspedes deixarem suas bagagens prontas para a viagem de retorno – imediatamente depois da visita começa o percurso de volta. De resto, a dinâmica do café, banho e verificação de *jumbos* é a mesma. Na hospedaria, durante o horário da visita, o domingo também se arrasta como em qualquer outra parte da cidade. No meio da tarde, a família carrega o taxi com água e refrigerantes para vender e as bagagens para serem entregues às hóspedes, conforme vão deixando a unidade. A noite de domingo é preenchida com a ida ao culto religioso e o descanso em família. Durante a semana, o hotel dificilmente lota, o trabalho então se torna menos estafante: Débora e as crianças frequentam a escola, Diva e Denival fazem algumas viagens de taxi para clientes locais, realizam pequenos reparos na estrutura do hotel, lavam as roupas de cama e se preparam para o próximo fim de semana.

Diante da prisão

Mesmo fisicamente, as fronteiras da prisão se diluem num gradiente que extrapola o contorno das muralhas. Ainda na estrada, a algumas centenas de metros, de onde só se vislumbra a alta caixa-d'água da unidade, já é possível ler placas que assinalam a

entrada numa zona de segurança. Diante da prisão, um flanco da estrada se abre numa meia rotatória, que serve como retorno e ponto de parada de veículos. Duas vias paralelas dão acesso aos portões de entrada e saída de automóveis, margeadas por altos postes de iluminação e canteiros gramados. De um lado, uma grande placa com o nome da unidade; entre as vias, uma enorme câmera de vigilância voltada para os portões; do outro lado, a caixa d'água. Os portões para carros estão no centro de uma primeira fronteira vertical do perímetro prisional. Entre eles existe uma guarita; de um lado, um portão para pedestres, outra guarita, uma área coberta, com bancos de madeira, para abrigar as visitantes, e uma casa de luz – com as inscrições “*alta tensão*” e “*perigo de morte*”; do outro lado, um único banheiro e mais adiante um portão de chapas de ferro, que dá acesso às casas que a administração penitenciária disponibiliza para os funcionários da diretoria. Muros e cercas prolongam essa linha e são encobertos por eucaliptos bastante altos. Dali, as muralhas e suas guaritas ainda estão distantes; por detrás de um outro prédio, depois de um amplo estacionamento.

Ao lado da cobertura, diante da casa de luz, Débora encosta suas pesadas sacolas repletas de lanches, doces, salgados, marmitas, refrigerantes e... sacolas. Este é meu posto de observação da dinâmica que precede a efetiva entrada na instituição. Como a cobertura é pequena e os bancos insuficientes, as visitantes se espalham pelos canteiros e vias³⁴ – de modo que se pode dizer que a banca de Débora fica em plena fila. A precariedade do espaço destinado às visitantes se manifesta especialmente no banheiro, que não dispõe de lixeiras e as torneiras não funcionam.

Quando chegamos, antes mesmo do amanhecer, já existe uma aglomeração de visitantes sob a cobertura. A fila vai ganhando corpo nas primeiras horas da manhã, conforme taxis – como o de Diva – fazem repetidas viagens e ônibus e vans vão chegando e partindo. Visitantes que estão de carro estacionam do outro lado da estrada, junto ao canal. Entre 5 e 7 horas da manhã, o movimento de veículos diante da prisão é bastante intenso.

Se o interior da prisão já foi metaforizado como o “*país das calças beges*”³⁵, seu exterior imediato, em dia de visita, poderia ser representado como o “vizinho país das calças *leggings*”³⁶. Este tipo de peça é quase o uniforme oficial da visitante³⁷, preferido

³⁴ Enquanto dura a fila, apenas um dos portões é utilizado para a entrada e a saída de veículos.

³⁵ Na música “Diário de um Detento” dos Racionais MCs e no livro homônimo de Jocenir (2001).

³⁶ Calça justa de tecido sintético que vai até o tornozelo.

por elas e pelas agentes de segurança por serem mais fáceis de tirar, vestir e revistar que, por exemplo, uma saia ou uma calça jeans. Os chinelos de tipo “Havaianas” são obrigatórios; nas frias primeiras horas da manhã, quase sempre calçados sobre as meias.³⁸ O sutiã não pode ter armação metálica e as camisetas não podem ser inteiramente brancas, nem decotadas, nem sem mangas, nem justas, nem curtas demais para os critérios da agente que revista.³⁹ Para combater o frio enquanto esperam, elas se enrolam em cobertas e toalhas. Principalmente para aquelas que visitam seus maridos, a frugalidade da vestimenta imposta é contrabalanceada com perfumes, cremes, maquiagens, esmaltes e penteados – muito do tempo da espera na fila é ocupado por retoques e reforços nestes elementos.

Não obstante essas diretrizes gerais, os critérios que a administração da unidade impõe para a vestimenta das visitantes variam bastante com o passar do tempo e segundo os funcionários que estão de plantão no dia. Por exemplo, a calça jeans que entrava algumas semanas atrás não entra mais; um tipo de blusinha que não podia entrar, agora pode; a camiseta que era curta demais para o plantão da semana passada não é para o dessa semana; uma agente não deixa entrar o chinelo customizado, a outra deixa. Questões como essas são discutidas amplamente entre as visitantes enquanto aguardam na fila. Não é raro que, a partir dessas discussões, elas se vejam obrigadas a trocar de roupa na hora – ou pegando emprestado, ou comprando de alguém que tenha para vender ou voltando para o hotel – para, assim, evitar um possível bloqueio na revista.⁴⁰

Além de caracteristicamente vestidas, as visitantes chegam à fila carregando suas bolsas pessoais e as pesadas sacolas do *jumbo*. Nesta penitenciária em particular não são permitidos os típicos modelos – transparentes, retangulares, de alças e costuras coloridas – que são vendidos nos pontos de partida e nas portas de muitas unidades prisionais do estado. Nesta fila, as sacolas devem ser descartáveis como as de supermercado – embora muito maiores e mais grossas – mas não podem ter estampas nem logotipos. Sacolas adequadas ao regulamento da unidade estão entre os itens mais vendidos por Débora, ou porque muitas visitantes, desconhecendo as normas

³⁷ Em algumas unidades, o modelo é de uso obrigatório.

³⁸ Chinelo e meia também são de uso comum entre os presos.

³⁹ Comfort (2008) discute os custos materiais e simbólicos da manutenção de um “guarda-roupas” da prisão, pelas visitantes da Califórnia.

⁴⁰ A variabilidade das regras de vestuário e da rigorosidade das revistas fomenta o mercado de venda e aluguel de roupas nas portas dos presídios.

específicas, chegam com sacolas inapropriadas; ou porque o modelo, sendo menos resistente, chega às portas da unidade já rasgado ou furado, demandando substituição.

Boa parte do tempo de espera na fila é consumida em torno do *jumbo*, em discussões e adequações ainda mais complexas que aquelas engendradas pelo vestuário. Os *jumbos* são como que depurados num verdadeiro esforço coletivo, com as visitantes mais experientes ajudando as novatas – do sistema ou da unidade – e aquelas que visitam pouco, que trazem coisas que as primeiras sabem que não entrarão – pelo o quê são ou pelo modo em que estão acondicionadas. Por essas discussões e depurações é possível apreender os elementos centrais na composição de um *jumbo*: comida pronta, doces e salgados, bebidas, artigos de higiene pessoal e roupas.

Comidas prontas como arroz, feijão, massas, carnes, legumes, verduras, saladas, tortas e bolos devem estar em um número limitado de potes plásticos, e estão submetidas a diversas restrições em seus formatos e ingredientes. Por exemplo, pratos como lasanha, nhoque e bolo recheado podem estar vetados, assim como determinados ingredientes – como a beterraba e o milho.⁴¹ Os doces e salgados – caseiros como as coxinhas que Débora vende ou industrializados como pacotes de bolachas e balas – devem ser postos em uma determinada quantidade de sacos plásticos transparentes. As bebidas limitam-se a duas garrafas de refrigerante e um certo número de saquinhos de suco solúvel.⁴² Os refrigerantes só podem ser de 2 litros, devem estar lacrados, sem rótulo e não podem estar congelados. Bebidas avermelhadas de sabor uva e framboesa não são permitidas. Os diversos artigos de higiene pessoal também estão submetidos a normas específicas: sabonetes devem ser brancos e acondicionados em sacos plásticos, fora da embalagem original; desodorantes não podem conter álcool, nem ser aplicáveis como *spray* ou aerosol; frascos de xampus e condicionadores devem ser transparentes. As roupas e calçados que as visitantes levam para os visitados igualmente estão submetidos a restrições de quantidade e de modelos.

A multiplicidade das regras e sua alta variabilidade⁴³ – entre unidades e com o passar do tempo – impõe todo um exercício (individual e coletivo) de contínuas verificações e

⁴¹ O milho, de fácil fermentação, é utilizado na fabricação da *Maria Louca* – a bebida alcoólica da prisão.

⁴² Algumas visitantes, para não beberem a água da unidade, levam garrafas de água mineral, que devem estar lacradas e com rótulo.

⁴³ Conversando sobre o tema com Denival, ele me explicou que cada proibição se relaciona com uma tentativa fracassada de fazer entrar alguma coisa ilegal, ou com uma prática ilegal ou irregular no lado de dentro – o que sugere um certo caráter reativo na produção cotidiana das fronteiras da prisão.

adequações do *jumbo*. As visitantes seguidamente reviram suas sacolas, enquanto conversam sobre o que estão levando, os itens que já viram barrados em outras ocasiões, as implicâncias mais destacadas dos diferentes plantões, etc. Nesses diálogos não é raro que visitantes levando itens em excesso peçam àquelas que vão para o mesmo *raio* e que não completaram seus *jumbos*, para entrarem com um pote de comida, um saco de bolachas, uma blusa.⁴⁴

Para além da adequação do vestuário e da depuração do *jumbo*, o tempo na fila é ocupado com tantas outras conversas e transações. As visitantes trocam informações sobre as possibilidades de viagem, os preços do mercado, a saúde dos filhos, o processo dos maridos, etc. Embora a banca de Débora seja a única da fila, o volume de arranjos propriamente comerciais entre as visitantes supera em muito o que passa por ali: elas adiantam empréstimos, pagam dívidas, compram roupas, fazem encomendas, etc. Ademais, como um número significativo de visitantes trazem consigo seus filhos pequenos, o tempo na fila é entrecortado por brincadeiras, broncas e cuidados, como fazer dormir, trocar a fralda, dar de comer – o que, pelas precárias condições do espaço, sempre exige alguma colaboração e solidariedade das outras visitantes.

Depois de haver delineado os ambientes físico e social da fila, resta, agora, descrever sua organização, seu funcionamento. Em primeiro lugar, deve-se ter em mente que a fila das visitantes diante desta penitenciária interiorana não se apresenta integralmente como uma linha – não é uma fila indiana clássica. Um pequeno segmento de visitantes enfileiradas, de não mais que 5 ou 6 pessoas, só se forma diante do portão de pedestres quando, por volta das 6:30, os funcionários da guarita dão início aos procedimentos de entrada; e assim se mantém, nem mais longo, nem muito mais curto, até que a última visitante entre. Dispersas pelo espaço, as visitantes esperam ser chamadas pela *guia* da fila para enfileirarem-se diante da guarita.

A *guia* é a responsável pela fila perante o conjunto de visitantes, a administração da unidade e a população carcerária. Geralmente, é uma mulher que visita seu marido e tem ampla experiência de visitação. Para assumir tal responsabilidade, que não vem sem seus encargos⁴⁵, a visitante e seu visitado devem gozar de boa reputação e apuradas

⁴⁴ Esta é uma transação comum, mas arriscada, pela possibilidade de quem faz o favor acabar sendo, sem saber, utilizada como *mula*.

⁴⁵ Como sempre estar entre as primeiras a chegar na fila e ser uma das últimas a entrar na prisão.

habilidades relacionais. Praticidade, autoridade, simpatia e alguma impaciência são características comuns nas *guias* que vi trabalhando.

Munida de um caderno e de uma caneta, a *guia* anota o nome e a senha de cada visitante presente. Grávidas, mães de crianças pequenas, idosas e deficientes são identificadas como *preferenciais*. Quando dão início aos procedimentos de entrada, no sábado, a *guia* chama as três primeiras senhas, encaixa a primeira das *preferenciais* e, então, chama a quarta, a quinta, a sexta e outra *preferencial*, e assim por diante – num sistema de três senhas normais, uma *preferencial*. Ela espera a entrada das primeiras e vai chamando as seguintes, mantendo uma fila indiana bem curta. Conforme a fila “anda”, o sistema se complica, porque é comum que donas de senhas já chamadas ainda não tenham chegado às portas da unidade – por atrasos no hotel, no ônibus, no taxi, por erros de cálculo ou inexperiência. Nestes casos, a *guia* vai chamando as senhas das visitantes presentes e cuida para, o mais rápido possível, encaixar no devido lugar as que vão chegando: “*Você está entre ela e ela! Pode esperar ali que já te chamo... Você vai entrar agora... Alguém sabe onde está a Maristela? Quem é Marta? Luiza, Marisa, Lourdes preferencial...*”

No domingo, o sistema é ainda mais complexo, pela chegada das visitantes que vieram de *bate-e-volta*, donas das últimas senhas. Como não se considera justo que entrem por último – já que visitam apenas um dia –, nem que passem na frente de todas – já que todo o esforço para um bom lugar na fila não pode ser desprezado – elas, como as *preferenciais*, são identificadas pela *guia* como *bate-e-volta* e encaixadas numa fila dentro da fila – num sistema de três senhas normais, uma *preferencial* e uma *bate-e-volta*. Como fica evidente, nem a lista da condução, nem a sequência das senhas, nem a ordem de chegada diante da prisão no dia de visita determinam inteiramente o desenrolar da fila; antes, convergem no caderno e na chamada da *guia* – que ainda encontra tempo par dar vários esclarecimentos sobre o que vai entrar ou não, como uma pessoa pode ir, voltar, quem está vendendo roupa, etc.

Do outro lado do portão, depois de uma breve identificação, as visitantes ainda esperam em grupo por algum tempo, até serem chamadas pelos funcionários para *descer*.⁴⁶ Apesar do bloqueio físico, neste período, visitantes de um lado e outro do portão

⁴⁶ Interessante notar como se referem ao processo de entrada como uma descida, não obstante a plena horizontalidade do trajeto.

continuam conversando, fazendo depurações em seus *jumbos*, comprando e trocando itens. Quem está dentro pode sair para ir ao banheiro, conversar com alguém ou comer algo, mas sempre muito atenta ao comando dos funcionários. A sociabilidade da fila atravessa essa primeira fronteira vertical da prisão.

Entrar

Os procedimentos de entrada das visitantes – entre eles a central revista vexatória – foram relatados em entrevistas e conversas na fila. Como nas regulamentações de vestuário e *jumbo*, a ordem dos procedimentos e certas particularidades de cada passagem são altamente variáveis no tempo e no espaço. Portanto, no que segue, não mais que algumas marcações gerais.

Na guarita, as visitantes se identificam, mostram sua senha, sua carteirinha e algum documento pessoal; falam ainda quem e em qual *raio* irão visitar. Recebem então uma filipeta, com seu nome e de seu visitado, a data e o *raio* de destino. Do outro lado do portão, esperam a formação de um grupo para *descer*. Quando chamadas, atravessam o estacionamento e acessam o prédio que está diante da muralha por uma entrada que lhes é própria. Neste prédio, entre vias e espaços determinados, acontece o maior número de controles e passagens. As visitantes devem deixar num guarda-volumes suas bolsas com documentos e telefones celulares devidamente desligados; itens pessoais que irão entrar – como um batom, um pente, preservativos, absorventes⁴⁷ e algum medicamento⁴⁸ – devem ser postos em sacolas plásticas transparentes. As senhas são utilizadas como identificadores das bolsas no guarda-volumes.

A revista do *jumbo* é um dos procedimentos mais demorados. Os pacotes passam por um aparelho de raios-X, como aqueles utilizados em aeroportos. Ademais, agentes de segurança penitenciária retiram todos os itens da sacola e os inspecionam em suas quantidades, qualidades e detalhes. Os potes são abertos e é comum que a comida pronta seja perfurada diversas vezes com um garfo ou uma faca. As garrafas de refrigerante são abertas e o gás deve sair sonoro. Sabonetes podem ser partidos ao meio. Odores de xampus, cremes e desodorantes também são testados. Os elementos que acabam vetados ficam ali retidos e dificilmente serão recuperados depois da visita. A

⁴⁷ Em algumas unidades, os absorventes trazidos pelas visitantes são trocados por outros, fornecidos pela administração.

⁴⁸ Acompanhados de receita médica.

revista do *jumbo* serve de ocasião para múltiplos desentendimentos e conflitos entre visitantes e agentes, pelos critérios aplicados ou pelo modo de manipulação dos itens.

Além da já descrita revista vexatória, dois outros procedimentos complementam a revista corporal da visitante: a passagem por um portal e o sentar num banquinho, ambos funcionando como detector de metais. Os corpos das visitantes e suas vestes são, portanto, triplamente inspecionados antes de entrarem na prisão.⁴⁹ O apitar de um desses aparelhos pode levar à repetição do procedimento, a uma revista corporal mais minuciosa ou bastar para interromper a entrada da visitante. Estes vários procedimentos, seus comandos, percalços e repetições também dão ensejo a inúmeros conflitos entre agentes estatais e familiares de presos, quando, por exemplo, o aparelho insiste em apitar mesmo tendo a visitante removido qualquer vestígio de metal de seu corpo, ou o tratamento da funcionária é interpretado como ofensivo, ou a postura da visitante como inapropriada.

Conforme o entendimento dos funcionários sobre a gravidade de uma tentativa de fazer entrar artigos que não estão permitidos, ou sobre os conflitos gerados durante as revistas, as visitantes estão sujeitas a sanções, que vão desde o indiciamento policial – em casos de relatados desacatos ou ameaças graves, por exemplo – até o *gancho*, que é uma suspensão temporária do direito de visitação, determinada administrativamente.⁵⁰ Além de ter a entrada imediatamente barrada, portanto, a visitante também pode se ver impedida de entrar na unidade por semanas ou meses.

Só depois de passarem incólumes por esses vários procedimentos, as visitantes e seus *jumbos* atravessam o portão que se abre na muralha. São, então, conduzidas por agentes de segurança penitenciária até a *gaiola do raio* que visitarão, onde seus familiares as esperam.

A visita

O desenrolar de um dia de visita em penitenciária interiorana apresenta certas particularidades. Para mais bem compreendê-las, uma ponderação preliminar é necessária. Não obstante toda a estrutura logística da visitação – as diversas práticas e

⁴⁹ Em algumas unidades, visitantes homens passam por verificação datiloscópica eletrônica, na entrada e na saída.

⁵⁰ O *gancho* é um procedimento absolutamente desjurisdicionalizado – o que dificulta recursos e contestações da decisão proferida.

os agenciamentos múltiplos que estão sendo aqui descritos –, o número de visitantes dessas distantes unidades é relativamente reduzido. Uma penitenciária do oeste paulista que, em meados de 2013, abriga por volta de 1.600 presos, recebe, aos finais de semana, cerca de uma centena de visitantes, às vezes mais, às vezes menos – mas nunca, sequer a metade dos internos chega a ser simultaneamente visitada. A distância diminui o volume e a frequência das visitas, funcionando como forma efetiva de intensificação da segregação e da pena que se impõem nas penitenciárias do *fundão*. Mas uma tal exiguidade relativa, antes de diminuir a relevância dos arranjos e agentes sociais que viabilizam o processo de visitação, coloca de manifesto a importância dessas visitas e a centralidade estratégica dos agenciamentos que as viabilizam.

Como se trata de um número reduzido de visitantes frente a muito mais que um milhar de presos, as visitas no *fundão* em nada evocam aquela imagem construída – com referência especialmente à dinâmica que vigorava no Carandiru – do dia de visita como dia de festa, em que os pátios são tomados por crianças e casais enamorados, como se a prisão se abrisse e se convertesse, ainda que momentaneamente, num espaço público como outro qualquer. Se reminiscências de uma tal dinâmica podem existir em algumas penitenciárias e nos CDPs metropolitanos – mais visitados, mais apertados e superlotados; nas unidades do interior mais distante, a visita é um ritual privado.

Na “gaiolinha” do *raio*, a visitante é recebida por seu visitado e o acompanha até uma cela, onde passarão praticamente todo o dia. A cela pode ser ou não a que o visitado reside⁵¹, também pode abrigar uma ou mais visitas. Quem não está recebendo visita e tem sua cela utilizada para tanto deve ficar o tempo todo no pátio. Visitas familiares – de pais, mães e irmãs – são mais frequentemente combinadas, evitando assim o deslocamento de um número excessivo de presos. Duas visitas conjugais, no entanto, conforme a necessidade e as avaliações dos presos, também podem ocorrer numa mesma cela, sendo a privacidade construída com um lençol pendurado dividindo o espaço no meio – o *quieto*.⁵²

⁵¹ Depende da confluência de visitados numa mesma cela, e da disponibilidade de celas, considerando os deslocamentos necessários e desejáveis.

⁵² Interessante notar que a estruturação de um bloqueio no espaço é designada, justamente, pelo que não bloqueia: o som.

A cela é, portanto, o lugar da visita⁵³, onde visitantes e visitados comem, conversam e se amam.⁵⁴ Apesar da privacidade concedida ou construída, a visita não transcorre em absoluto isolamento. Contatos entre visitados e não-visitados são mais ou menos frequentes: por exemplo, para uns distribuírem porções da comida que acabam de receber para os outros⁵⁵; para que sejam avisados da hora; ou para apresentarem um amigo muito querido à família. O contato entre visitantes também pode ocorrer quando mães, pais e filhos compartilham uma mesma cela ou quando, para ter momentos de privacidade, uma esposa deixa a filha ou o filho com uma amiga mais próxima. Contatos entre visitantes e não-visitados são bem mais rarefeitos, só são permitidos com a mediação expressa dos visitados; o mais comum é a evitação – presos não olham e nem dirigem a palavra a visitantes de seus colegas.⁵⁶ A visita segue sendo um momento sagrado, em que corpos e mentes são revigorados e a prisão como um todo é abastecida de artigos básicos que o Estado não fornece.

Saídas e retornos

Como já foi apontado, a saída das visitantes é também permeada pela pressa. No sábado, ainda que muitas prolonguem a permanência na unidade até o limite – das 16 horas –, ao saírem, já se põem a correr, para passar no mercado, na farmácia ou no caixa-eletrônico. No domingo, conforme o horário dos ônibus e vans, por volta das 14 horas, visitantes já começam a deixar a unidade. Como ficam nas celas a maior parte do tempo, é na saída que se reencontram e comentam suas experiências do dia, o que entrou e não entrou, as implicâncias de um funcionário, as ameaças de *gancho*, também a condição do visitado, seu ânimo, sua saúde. Deixam a unidade carregando sacolas ainda volumosas, mas agora leves, cheias de potes vazios. No sábado, Diva faz seguidas viagens de taxi e Débora anota encomendas diante do portão de pedestres. No domingo, com o carro estacionado do outro lado da estrada, ambas enfileiram, no acostamento, as bagagens que serão distribuídas às hóspedes, e vendem água e refrigerante. Antes de colocarem as malas nos carros, algumas visitantes guardam seus potes e retiram roupas

⁵³ Nas unidades do sistema penitenciário paulista, existe uma outra modalidade de visita, nos parlatórios, em que visitantes e visitados são separados por grades e vidros. Nas unidades do interior de regime comum, visitas como estas não justificam os custos do deslocamento. Quando impostas pela administração da unidade, são vistas como punição.

⁵⁴ A visita íntima é um direito garantido em lei, mas quem a governa são os presos; a administração pouco ou nada interfere, limita-se a deixar entrar ou não a visitante.

⁵⁵ Toda a comida levada num *jumbo* costuma ser consumida no ato.

⁵⁶ Esta é uma dinâmica prisional amplamente reportada, que parece permanecer, não obstante alguns relatos indiquem uma maior permissividade atualmente.

e outros itens a serem utilizados na viagem, já que as tardes no oeste paulista quase sempre são quentes, e as noites na capital, um tanto frias.

A saída da prisão, depois da visita realizada, ao contrário do que se poderia imaginar, não marca o início de uma etapa menos tensa no processo de visitação. De todos os percursos feitos para a realização da visita, a viagem de retorno para São Paulo é a que provoca maior ansiedade. Segunda-feira é dia de trabalho e o transporte público, especialmente o metro, para de funcionar à meia-noite. Chegar depois desse horário, dependendo de onde a visitante mora, pode significar ou passar a noite ao relento, indo trabalhar direto ou perdendo o dia de trabalho, ou gastar ainda mais com um taxi, ou ter que pedir carona, etc. Por isso, diante de cada unidade atendida, as conduções param, lotam e partem muito rapidamente, e atrasos e demoras são motivos de reclamações frequentes.⁵⁷ Na viagem de volta, tampouco as visitantes estão livres da possibilidade de serem paradas e revistadas em operações policiais. As abordagens do policiamento rodoviário são tão frequentes quanto na ida; as do policiamento ostensivo, embora mais raras, também podem ocorrer, não só objetivando o combate ao tráfico de drogas, mas, principalmente, a interceptação de bilhetes, mensagens e registros que considerem suspeitos de conter informações relevantes do crime organizado.

A volta é mais intensa pela necessária velocidade, pelos contratempos possíveis, mas também pelo volume de carros e visitantes simultaneamente implicados. Os ônibus e vans que partiram da capital de diversos pontos e horários, entre a manhã de sexta-feira e a noite de sábado, deixam o oeste paulista num intervalo muito curto de tempo. No fim da tarde de domingo, estão todos nas mesmas estradas. Forma-se assim um volumoso comboio, uma comitiva dispersa e em alta velocidade, na qual os motoristas, *guias* e passageiras se observam mutuamente, cumprimentam-se nas ultrapassagens, avisam uns aos outros, por telefone, de problemas na pista, etc.

Uma só parada está programada para comprar comida, ir ao banheiro e fumar. Como vários carros acabam parando ao mesmo tempo, nos mesmos postos de beira de estrada, é como se, neles, algo do ambiente da frente da prisão se desdobrasse. Grandes filas indianas se formam no banheiro, nos balcões em que bebidas, salgados e marmiteix são vendidos, e nos caixas. A desconfiança de proprietários e seguranças é manifesta numa

⁵⁷ Perder a hora do ônibus e ser deixada para trás é uma possibilidade real, mas a solidariedade e tolerância com novatas, idosas, crianças e mulheres passando mal é ainda mais destacada que o rigor da pontualidade.

vigilância ansiosa – o que pode gerar conflitos. Como o tempo é escasso, as visitantes compram sua comida para viagem, e comem nos carros em movimento.

Na volta, pelo cansaço acumulado, as conversas arrefecem ainda mais cedo que na ida. Depois de horas e horas de viagem, conforme se aproximam da capital, as visitantes novamente se agitam, olham para o relógio, estimam se haverá tempo de pegar cada condução necessária para chegarem em casa. Algumas visitantes privilegiadas pelo acaso, cujos locais de residência estão mais próximos da rodovia ou da Marginal Tietê desembarcam antes. Independentemente de onde partiram, praticamente todos os carros param no terminal Barra Funda, onde a maior parte de suas passageiras desce correndo – literalmente – para recolher as malas e tomar o metro ou o trem. Muitas conduções seguem, mais esvaziadas mas ainda apressadas, para a estação Carandiru. Das calçadas às catracas, centenas de mulheres de calças *leggings*, sacolas grandes e malas, algumas idosas, outras com crianças no colo, correm contra o tempo, como numa procissão apressada, na qual se vislumbra uma última manifestação da fila da prisão em movimento – pelo menos até o próximo fim de semana.

Considerações Finais

Procurei mostrar como a fila da prisão no interior do estado não pode ser descrita como uma mera espera passiva. É, também, uma ampla mobilização. Uma espera ativa ou uma circulação paralisante; um correr para esperar, um esperar em movimento e um esperar para, logo em seguida, sair correndo. É, ao mesmo tempo, cruzar o estado em alta velocidade e estar, o tempo todo, diante da prisão, diante do Estado. A etnografia realizada conduziu a essa aporia e a descrição do processo de visitação me parece a melhor maneira de colocar o problema nos seus devidos termos. O que foi descrito, embora necessariamente parcial e incompleto, é o principal. Não obstante, gostaria de concluir com três breves apontamentos sobre o campo de problemas políticos, sociais e cognitivos que este trabalho visa, de algum modo, interpelar.

1 – Existe uma distribuição social da celeridade e da espera, uma desigualdade construída com referência ao tempo e ao seu uso, que corresponde às relações de poder que se manifestam numa dada sociedade. Não ter que esperar ou impor a espera a outrem, poder deter-se conforme a vontade ou constranger à aceleração contínua são

plenos exercícios de poder⁵⁸ – tanto quanto o obrigar a uma nudez vexatória. Em cada etapa do processo de visitação, com suas diferentes combinações de demora e pressa, revelam-se relações políticas – no caso, entre as forças do Estado e uma determinada parcela da população colocada sob perene suspeição – estruturadas sobre algo tão etéreo e tão concreto quanto o uso do tempo.

2 – Encarceramento em massa, expansão penitenciária interiorizada e processos de visitação análogos ao descrito são fenômenos sociais transversais e correlatos.⁵⁹ Se se considera os nexos entre estes elementos, o punitivismo contemporâneo se apresenta não apenas como um incremento no número de condenados, mas como um extravasamento das formas da punição para muito além dos limites das instituições de justiça criminal e das muralhas prisionais – ainda que continue passando por elas. Nestes termos se justifica o esforço de conhecer e problematizar os mecanismos – concretos e simbólicos – que produzem a estigmatização, a restrição de direitos e o empobrecimento em círculos familiares e sociais mais amplos, direta e indiretamente atingidos pelo encarceramento massivo.

3 – A crescente interpenetração dos domínios de dentro e de fora da prisão, o progressivo extravasamento de dinâmicas próprias ao interior para o exterior, bem como a multiplicação de intrusões de elementos externos em situações ou relações internas impõem uma ampla revisão dos cânones dos estudos prisionais.⁶⁰ Não se trata de estender ferramentas analíticas consagradas para novos objetos, de transpor o esquema interpretativo da “comunidade prisional” para o lado de fora, nem de reduzir a prisão a uma instituição de processamento de pessoas como outra qualquer. A prisão contemporânea passou por uma completa redefinição sem deixar de ser prisão; suas fronteiras se erodiram e se desdobraram, ao mesmo tempo; os fluxos que por elas passam tanto se densificaram quanto se tornaram objeto de um maior escrutínio das forças da ordem. De um modo ou de outro, os muros da prisão já não delimitam uma unidade de análise, não repartem a existência social em dois “mundos” separados. Ao invés de um pressuposto implícito, são objeto mesmo de questionamento e investigação

⁵⁸ Dialogo aqui com a sociologia das filas de Schwartz (1974, 1978), com os estudos em dromologia de Virilio (2006), com o diagnóstico da globalização de Bauman (1999) e algumas reflexões filosóficas de Arantes (2012).

⁵⁹ Dialogo aqui com algumas sugestões de Garland (2001) sobre a necessária problematização dos efeitos do encarceramento em massa, mas também com as pesquisas de Christian (2005), Braman (2003) e Comfort (2008) sobre familiares de pessoas presas, e com trabalhos como os de Glasmeier e Farrigan (2007); e King, Mauer e Huling (2003) sobre a interiorização penitenciária nos Estados Unidos.

⁶⁰ Neste ponto, sigo de perto as formulações seminais de Cunha (2003, 2004, 2007).

empírica. A trama prisional é, agora, translocal. Por isso, um novo plano de referência para os estudos da prisão está nem dentro, nem fora das muralhas.

Bibliografia

- AGAMBEN, G. (2003) *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2ª ed.
- _____ (2007) *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- ARANTES, P. (2012) “Zonas de espera: uma digressão sobre o tempo morto da onda punitiva contemporânea.” in BATISTA, V.M. (Org.) *Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal*. Rio de Janeiro: Revan, pp.229-280.
- BAUMAN, Z. (1999) *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BRAMAN, D. (2003) *Family and Incarceration*. New Haven: Yale University. Tese de Doutorado em Filosofia.
- CESCON, F.; BAENINGER, R. (2010) “‘Cidades carcerárias’: migração e presídios em regiões de São Paulo.” in *Anais do XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Caxambu.
- CHRISTIAN, J. (2005) “Riding the Bus: barriers to prison visitation and family management strategies” in *Journal of Contemporary Criminal Justice*, vol.21, n.1, pp.31-48.
- COMFORT, M. (2008) *Doing Time Together: love and family in the shadow of the prison*. Chicago: University of Chicago Press.
- CUNHA, M. I. (2003) “O bairro e a prisão: a erosão de uma fronteira” in BRANCO, J. F.; AFONSO, A. I. (Orgs.) *Retóricas sem fronteiras*. Lisboa: Celta, pp. 101-109.
- _____ (2004) “El tiempo que no cesa: la erosión de la frontera carcelaria” in *Renglones*, n.58-59, pp.32-41.
- _____ (2007) “O tempo insuspenso: uma aproximação a duas percepções carcerais da temporalidade.” in DUARTE, A.M.; ARAÚJO, E.; RIBEIRO, R. (Orgs.) *O tempo, as culturas e as instituições: para uma abordagem sociológica do tempo*. Lisboa: Colibri, pp.91-104.
- DAS, V. (2007) *Life and Words: violence and the descent into the ordinary*. Berkeley: University of California Press.
- _____; POOLE, D. (Orgs.) (2004) *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fe: SAR Press.
- FOUCAULT, M. (2006) *Seguridad, territorio y población: curso en Collège de France: 1977-1978*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- _____ (2008) *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.
- GARLAND, D. (Org.) (2001) *Mass imprisonment: social causes and consequences*. London: SAGE.
- GLASMEIER, A.; FARRIGAN, T. (2007) “The economic impacts of the prison development boom on persistently poor rural places” in *International Regional Science Review*, v.30, n.4, pp.274-299.
- GIL, I.C. (2007) *Nova Alta Paulista, 1930-2006 - entre memórias e sonhos: do desenvolvimento contido ao projeto político de desenvolvimento regional*. Presidente Prudente: UNESP. Tese de Doutorado em Geografia.
- GODOI, R. (2013) “Expansão e interiorização penitenciária em São Paulo.” in LOURENÇO, L.C.; GOMES, G.L. *Prisões e punição: no Brasil contemporâneo*. Salvador: EDUFBA, pp.339-360.
- JOCENIR (2011) *Diário de um detento*. São Paulo: Labortexto.
- KING, R.; MAUER, M.; HULING, T. (2003) *Big prisons, Small Towns: prison economics in rural America*. Washington DC: The Sentencing Project.
- MARIATH, C.R. (S/D) *Limites da revista corporal no âmbito do sistema penitenciário*. Brasília: Departamento Penitenciário Nacional.
- SANTOS, M. (2003) *Economia Espacial*. São Paulo: Edusp.

SCHWARTZ, B. (1974) “*Waiting, exchange and power: the distribution of time in social systems.*” in *American Journal of Sociology*, v.79, n.4, pp.841-870.

_____ (1978) “*Queues, priorities, and social process.*” In *Social Psychology*, v.41, n.1, pp.3-12.

SILVESTRE, G. (2011) *Dias de visita: uma sociologia da punição e das prisões em Itirapina*. São Carlos: UFSCAR. Dissertação de Mestrado em Sociologia.

VIRILIO, P. (2006) *Speed and politics*. Los Angeles: Semiotext(e).